

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação nº 1013312-17.2018.8.26.0577, da Comarca de São José dos Campos, em que é apelante LUCAS AZEVEDO LAURENTINO DA SILVA e é apelada PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **NEGARAM PROVIMENTO AO APELO**, V.U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CESAR LACERDA (Presidente) e BERENICE MARCONDES CESAR.

São Paulo, 29 de junho de 2020.

Celso Pimentel  
relator  
assinatura eletrônica

Voto nº 41.676

Apelação nº 1013312-17.2018.8.26.0577

2ª Vara Cível de São José dos Campos

Apelante: Lucas Azevedo Laurentino da Silva

Apelada: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

28ª Câmara da Seção de Direito Privado

Tendo o autor recebido no âmbito administrativo indenização em percentual maior que o indicado na perícia judicial, a nada mais faz jus.

Autor apela (fls. 141/147) da respeitável sentença (fls. 137/138) que lhe julgou improcedente demanda por diferença de indenização de seguro obrigatório. Insiste na pretensão, o valor máximo, e na invalidez permanente, critica a perícia e argumenta com suas condições pessoais.

Dispensava-se preparo (fl. 38) e veio resposta (fls. 155/163).

É o relatório.

Vítima de acidente de trânsito, o autor, atesta a perícia (fls. 116/119), “apresenta hipotonia da

musculatura do braço esquerdo e tem moderada limitação de movimentos, com dificuldade em elevar o braço acima do ombro e colocar a mão atrás da cabeça, classificada como média e com perda estimada em 50%”, o que corresponde a dano patrimonial físico estimado em 12,5% (50% de 25%) da tabela própria.

Como ele recebeu no âmbito administrativo indenização superior (fls. 3, 5 e 78), a nada mais faz jus e sua condição pessoal não altera a conclusão.

Diante da decadência recursal, eleva-se em um ponto percentual o arbitramento da honorária de sucumbência.

Pelas razões expostas, nega-se provimento ao apelo.

Celso Pimentel  
relator